

Partidos de esquerda resolvem atuar em bloco pelo consenso

BRASÍLIA — Os partidos de esquerda na Constituinte — PT, PCB, PC do B, PSB e PDT — e a facção Unidade Progressista, do PMDB, decidiram participar do *Grupo do Consenso*, liderado pelos deputados Euclides Scalco (PMDB-PR) e Alceni Guerra (PFL-PR), atuando como bloco. A decisão foi tomada durante reunião na biblioteca do Senado.

A esquerda escolheu 15 temas cuja definição considera prioritária: voto proporcional, organização partidária, Forças Armadas, defesa do Estado, empresa nacional, dívida externa, reforma agrária, reserva de mercado, subsolo, comunicações, estatização progressiva dos bancos, eleições gerais após a promulgação da Constituição, anistia e mandato presidencial.

Durante a reunião, foi criada uma coordenação composta pelos deputados Nelson Friedrich (PMDB-PR), Aldo Arantes (PC do B-GO), Augusto de Carvalho (PCB-DF) e Lysáneas Maciel (PDT-RJ), além do senador Jamil Haddad (PSB-RJ). Eles vão recolher as emendas dos constituintes de esquerda até segunda-feira e escolher as melhores para discussão dentro do bloco. As propostas aprovadas serão encampadas pelas esquerdas no *Grupo do Consenso*. A comissão de coordenação começa a trabalhar a partir de 9h de hoje, no gabinete do senador Jamil Haddad.

Pouco antes da reunião, o líder do PCB, deputado Roberto Freire, explicando a decisão da esquerda de se ligar ao *Grupo do Consenso*, disse que o *Grupo dos 32*, liderado pelo senador José Richa (PMDB-PR), "é reacionário demais". Alegou que o grupo de Richa propôs, por exemplo, a extinção da estabilidade no emprego e a manutenção da proibição do Judiciário de examinar os atos praticados pelos governos militares.

Da reunião de ontem participaram os deputados Haroldo Sabóia (PMDB-MA), José Genoino (PT-SP), Cristina Tavares (PMDB-PE), Aldo Arantes (PC do B-GO), Luís Salomão (PDT-RJ), Vicente Bogo (PMDB-RS), Paulo Ramos (PMDB-RJ), Augusto de Carvalho (PCB-DF), Nelton Friedrich (PMDB-PR), Geraldo Campos (PMDB-DF), Lysáneas Maciel (PDT-RJ) e Waldir Pugliesi (PMDB-PR).

Governadores não vão mais ter reunião

SÃO PAULO — A reunião de governadores marcada para a próxima segunda-feira está adiada *sine die*. A idéia foi do governador de São Paulo, Orestes Quércia que, oficialmente, apontou a reforma tributária como causa do adiamento, na medida em "que esta questão não une os governadores". A reunião, entretanto, havia sido articulada não para tratar de assuntos constitucionais, mas sim para refazer as bases de um novo entendimento político com o governo Sarney.

Orestes Quércia, porém, insistiu que a reunião política seria para acertar uma forma de pressão unificada dos governadores na Constituinte. "Nós estamos de acordo quanto a inúmeros pontos que vamos encaminhar para o relator da Constituinte, Bernardo Cabral. Como exemplos, ele citou a questão da inelegibilidade de prefeitos, governadores etc., e a dos critérios para a administração das empresas públicas.

As divergências dos governadores quanto à reforma tributária começa a aparecer quando a questão é particularizada. Os governadores do Nordeste não concordam com os do Sul sobre onde deve ser cobrado o ICM. Os do Sul defendem que deve ser nos estados que produzem a mercadoria; os do Nordeste querem que o imposto fique onde o produto for comercializado.

Os estados produtores também divergem dos exportadores, na questão tributária. Exemplo típico é o que põe em campos opostos Minas Gerais e o Espírito Santo. O primeiro retira do solo o minério de ferro, que o segundo exporta para o mundo pelo porto de Tubarão. Todos esses problemas serão, entretanto, discutidos pelos secretários estaduais de Fazenda, hoje, em Canela, Rio Grande do Sul. Os governadores, segundo Quércia, esperarão o resultado desse encontro para decidirem se terão, ou não, uma só posição sobre a questão tributária.

Nos gabinetes do Palácio dos Bandeirantes, comentava-se que o presidente José Sarney havia conseguido dividir a frente dos governadores, que nasceram com o propósito de redefinir os entendimentos políticos com a Presidência da República.

Agassiz pede que se apure falsificação Sant'Anna mandou 2 ofícios a Raphael

BRASÍLIA — Pressionado por seis dos oito deputados federais do PMDB da Paraíba, o deputado Agassiz Almeida pediu ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que abra inquérito para apurar a falsificação da assinatura do presidente do Senado, Humberto Lucena, no documento em que pediu a nomeação de Julieta de Arruda Valadares e José Tadeu Vitorino para o IAPAS. Ulysses vai criar hoje a comissão pluripartidária de sindicância.

Na terça-feira à noite, Agassiz foi convocado por seus colegas de bancada para uma reunião na casa de Lucena. Todos disseram que o episódio estava comprometendo a imagem do partido e decidiram que o deputado deveria, no dia seguinte, pedir que Ulysses abrisse inquérito.

A mulher de Agassiz, Gizeuda, telefonou para Lucena na quarta-feira e, chorando, disse que o marido não tinha condição de atender a exigência da bancada. Nova reunião foi feita ontem de manhã, na sala da Comissão de Sistematização da Constituinte. Os pemedebistas paraibanos deram um ultimato: se Agassiz não pedisse a investigação, a bancada tomaria a iniciativa.

No final da tarde, Agassiz foi ao gabinete do presidente da Constituinte e pediu que se fizesse a sindicância. Na saída, depois de 20 minutos de conversa com Ulysses, deu sua versão: "Eu sugeri à bancada fazer isso e comuniquei a eles que ia pedir a apuração."

A sindicância, segundo Agassiz, vai tramitar pela Constituinte e não pela Câmara dos Deputados. "Achei melhor que se apurasse tudo e que seja punido quem houver praticado fraude", afirmou.

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, enviou ao ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, dois ofícios pedindo a nomeação de Julieta de Arruda Valadares e de José Tadeu Pereira Vitorino para o Iapas na Paraíba. Na sexta-feira passada, em entrevista coletiva, Sant'Anna disse ter enviado apenas um "breve ofício" e garantiu que nada sabia sobre a falsificação da assinatura do presidente do Senado, Humberto Lucena, no pedido de nomeação.

Além do ofício que mencionou, Sant'Anna enviou outro, de número GL 067/87, no dia 9 de junho, com o seguinte teor: "Senhor ministro, Encaminho a V. Exa. o expediente anexo da bancada do PMDB-Paraíba de apoio à indicação dos nomes da dra Julieta de Arruda Valadares, para dirigir a Superintendência Regional do Iapas, na Paraíba, e do dr José Tadeu Pereira Vitorino, para dirigir a agência do Iapas, em Campina Grande-PB. Aguardando manifestação de V. Exa sobre o assunto, renovo-lhe protestos de apreço e consideração."

Onze dias — O primeiro ofício enviado por Sant'Anna, cujo teor foi revelado por ele mesmo em entrevista, foi o seguinte: "Encaminho ofício em anexo contendo reivindicações da bancada do PMDB-Paraíba".

Entre o recebimento do ofício do senador Humberto Lucena e seu encaminhamento ao Ministério da Previdência, decorreram-se 11 dias. Sant'Anna recebeu o documento de Lucena no dia 29 de maio e só enviou ao ministro Raphael de Almeida Magalhães no dia 9 de junho.

Como líder do governo na Câmara, e não apenas do PMDB, Carlos Sant'Anna sabia, segundo informante do Palácio do Planalto, que o cargo de superintendente do Iapas na Paraíba pertencia ao PFL e não ao PMDB. Foi por determinação do Planalto que, na segunda-feira, os dois indicados foram demitidos por Raphael. Os cargos reverterão agora ao PFL.

Sant'Anna participou da reunião que a bancada do PMDB paraibano fez na sala de reuniões da presidência do Senado, para discutir a divisão dos cargos.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Governo e da Maioria
Gabinete do Líder

Ofício GL nº 067/87

Brasília, 09 de junho de 1987.

Senhor Ministro,

Encaminho a V. Exa. o expediente anexo da bancada do PMDB - Paraíba de apoio à indicação dos nomes da Dra. JULIETA DE ARRUDA VALADARES, para dirigir a Superintendência Regional do IAPAS, na Paraíba, e do Dr. JOSÉ TADEU PEREIRA VITORINO, para dirigir a Agência do IAPAS, em Campina Grande - PB.

Aguardando uma manifestação de V. Exa. sobre o assunto, renovo-lhe protestos de apreço e consideração.

Deputado Carlos Sant'Anna
Líder do Governo e da Maioria

Exmo. Sr.

Ministro RAFAEL DE ALMEIDA MAGALHÃES
Ministério da Previdência e Assistência Social
BRASÍLIA - DF

O ofício de Carlos Sant'Anna ao ministro da Previdência

Todos os participantes, inclusive o senador Humberto Lucena, confirmaram a presença do líder do governo. Ele sabia, portanto, que não havia consenso dentro do PMDB paraibano para as indicações.

O deputado Antônio Mariz foi contra a nomeação de Julieta de Arruda Valadares, sobretudo para a agência do Iapas

em Campina Grande. A indicação de José Tadeu Pereira Vitorino sequer foi mencionada na reunião. Assessores do Palácio do Planalto acham que, durante os 11 dias em que ficou com o ofício de Lucena, Sant'Anna deveria ter se inteirado melhor de toda a história, evitando um desgaste para o governo.

Deputado explica documento

O deputado Carlos Sant'Anna disse que participou apenas circunstancialmente de uma reunião da bancada paraibana no gabinete do senador Humberto Lucena (PMDB-BA), quando lá esteve para tratar com o senador de "questões internas da Constituinte". Ele admitiu que nessa ocasião dois deputados — "cujo nome não posso declinar" — ainda não haviam apoiado integralmente a indicação de Julieta Valadares para a Superintendência do Iapas na Paraíba. "Eles estavam ligados no antigo superintenden-

te e não podiam formalizar imediatamente o apoio", explicou o líder do governo na Constituinte.

Sant'Anna negou ter remetido dois ofícios diferentes ao Ministério da Previdência Social, encaminhando as indicações. Disse que recebeu através de um mensageiro o ofício do senador Humberto Lucena (com a assinatura falsa), mas o encaminhou ao Ministro na suposição de que os problemas internos da bancada paraibana estivessem superados. "Encaminhei este ofício como encaminhamento

tos outros, todos os dias. Não sou tabelião para saber se uma assinatura é verdadeira ou falsa".

O deputado disse também que permaneceu na reunião da bancada paraibana por cinco minutos, "ou um pouco mais", pois ela foi interrompida por boatos de que o presidente José Sarney havia renunciado — fato que realmente paralisou as atividades do Congresso no dia 8 de maio. O ofício com a falsa assinatura de Lucena tem data de 29 de maio.

Arquivo — 30/10/84



Cardoso Alves

Arquivo — 6/3/83



José Lourenço

Arquivo — 19/6/86



Amaral Neto

Arquivo — 21/11/86



Afif Domingos

Moderado do PMDB dá apoio a centro liberal

Depois de muita hesitação, o Centro Democrático do PMDB formalizou seu apoio à criação do bloco de centro liberal na Constituinte, de tendência conservadora. O ato ocorreu no Hotel Carlton e, à tarde, já era chamado de "Constituinte do Carlton." Agora, os coordenadores do novo bloco — os líderes do PFL, José Lourenço, do PTB, Gastone Righi, do PDS, Amaral Neto e os deputados Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), Jorge Vianna (PMDB-BA) e Afif Domingos (PL-SP) entre outros — vão acelerar durante a próxima semana os trabalhos de coleta as assinaturas do documento de constituição do bloco.

No documento, anunciam sua intenção de aprovar uma Constituição com base na livre iniciativa como força propulsora da economia, no homem e na justiça social.

Cardoso Alves negou-se a dizer quantas assinaturas o bloco já recebera mas garantiu que passarão de 281 (a maioria absoluta na Constituinte). Cardoso e Vianna também anunciaram que completada essa fase, o bloco se dividirá em comissões para discutir o que será apresentado como proposta de emenda ao projeto da Constituição.

Resistência — O Centro Democrático do PMDB tomou a decisão de se filiar a esse novo bloco depois de uma reunião na casa do deputado Marcos Lima (PMDB-MG), que se prolongou até 2h de ontem. Havia muitas resistências à adesão e só de madrugada se chegou a um acordo. O Centro participaria mas mantendo sua autonomia e identidade dentro do bloco.